

VIII CBG

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS

07 a 12 de julho de 2024, São Paulo-SP



VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos - CBG

07 a 12 de julho de 2024 - São Paulo (SP)

AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil

TERCEIRA CIRCULAR

VIII CONGRESSO BRASILEIRO
DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS

geo-grafando
para construir
o Brasil

VIII
CBG

AGB 90
ANOS

07 a 12 de julho de 2024
São Paulo-SP

ORGANIZAÇÃO:
 Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

APOIO:
 USP
Departamento de Geografia
DGEO

MAIS INFORMAÇÕES:
 aqb.org.br/Eventos/viiiicbg/
[@CBG.2024](https://twitter.com/CBG.2024)
aqb.org.br

ESPAÇOS DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS (EDPs)

Nos Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs), os(as) participantes do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos apresentam e discutem, de forma horizontal, suas pesquisas (concluídas ou em andamento), seus relatos de experiências e trabalhos. Trata-se de um espaço de socialização de conhecimentos a partir da troca de experiências e do diálogo. Os EDPs são pensados de forma inclusiva, para que todos e todas possam debater e produzir a ciência geográfica coletivamente.

Normas para envio do resumo:

Mínimo 800 e máximo de 1200 palavras. O resumo deverá abordar: Introdução, Objetivos, Metodologia, Resultados e Referências. Palavras-chave (mínimo 3 e máximo 5). O resumo será inserido diretamente na "área do inscrito" no site oficial do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Em breve serão divulgadas as normas para envio do trabalho completo.

Áreas de submissão

Os trabalhos serão submetidos para os seguintes sub eixos:

Geografia, Gênero, Raça e Classe

1. Currículo e livro didático
2. Espaço, movimentos sociais, políticas e ações afirmativas
3. Geografias de gênero: espaço, corpo e lutas
4. Geografia, raça e relações raciais: opressões e resistências.
5. Relações raciais, gênero e sexualidade

Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade

1. Geografia Urbana, Econômica e Regional
2. Cidade, Globalização, Guerras, Fronteiras e Migrações
3. Políticas Públicas, Planejamento Urbano, Expansão Urbana e a Questão Habitacional
4. Apropriação Urbana, Ensino, Socialização e Saberes Tradicionais
5. Relação cidade-campo e o Agronegócio
6. Direito à Cidade, Controle Social, Violência e Policiamento
7. Urbanidade e Diversidade: Classe, Gênero e Relações Étnico-Raciais
8. Valorização Capitalista, Metrôpoles e a Cidade como Mercadoria: Reflexões Teóricas e Metodológicas
9. Cidades do Futuro, Geotecnologias e Sustentabilidades
10. Urbanidade, Crise Climática e Ambiental: Micro-Clima, Recursos Hídricos e Vegetação
11. Geografia Histórica Urbana, Patrimônio, Territorialidades e Identidades
12. Centralização, Cidades Médias, Pequenas e a Escala do bairro
13. Grandes Projetos, Especulação Imobiliária e Corporações Financeiras
14. Turismo, Paisagem Urbana, Organização do Espaço e Dominação da Natureza
15. Cidade, Cultura, Arte, Crítica e Representações Imagéticas
16. Geografia da Saúde, Saneamento e Salubridade
17. Segregação Sócio-Espacial, Periferização, Ativismos e Movimentos Sociais

Geografia Econômica e Transformações no Trabalho

1. Estado, redes técnicas e reestruturação do espaço
2. Geografia econômica, multidimensionalidade e desenvolvimento do/no território
3. Divisão territorial, crise estrutural e transformações no trabalho
4. Conflitos territoriais e fragmentação do trabalho
5. Gênero, raça e trabalho

Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço / Geografia, Formação e a Questão Profissional

1. Ensino de Geografia, Abordagens Físico-ambientais e Educação Ambiental
2. Gênero, Sexualidade, questões étnico-raciais e diversidade na Escola
3. Geografia, Escola, Políticas para Educação e Trabalho Docente
4. Ensino de Geografia e Currículo
5. Ensino de Geografia, Metodologias, Projetos de Intervenção Didática e Materiais Didáticos
6. Geografia, Educação inclusiva e direitos humanos
7. Geografia, Educação Popular e Movimentos Sociais
8. Geografia, Cartografia Escolar, Tecnologia e Ensino
9. Ensino de Geografia: Juventude, Periferias e Educação de Jovens e Adultos (EJA)
10. Ensino de Geografia, Formação e a Questão Profissional

Geografia, Cartografias e Novas Tecnologias

1. Cartografia social e mapeamentos colaborativos
2. Cartografia, ensino e educação inclusiva
3. Sensoriamento remoto, fotogrametria, videografia e interpretação de imagens
4. Sistemas de informações geográficas e análise espacial
5. Cartografia, planejamento e políticas públicas

Geografia, Natureza, Abordagens físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens

1. Climatologia geográfica: dinâmicas e impactos
2. Geotecnologias e modelagem de dados espaciais.
3. Geomorfologia e Pedologia: gênese e transformações antropogênicas.
4. Recursos hídricos: impactos, conflitos e gestão
5. Geografia costeira e marinha, gestão e transformações ambientais.
6. Educação ambiental e abordagens físico-ambientais no ensino de Geografia

7. Análises e evolução das paisagens
8. Geodiversidade, política pública, patrimônio, planejamento e gestão ambiental
9. Riscos, desastres e eventos extremos no contexto das mudanças ambientais
10. Conflitos ambientais, potencialidades e comunidades
11. Filosofia da ciência: teorias, métodos e episteme

Teorias da Geografia e Pensamento Geográfico

1. Teorias, métodos e matrizes do pensamento geográfico
2. História da Geografia, História das ideias, das instituições e das práticas geográficas
3. Geografia Histórica, metodologias, fontes e Cartografia Histórica
4. Geografia Cultural, Humanística, dos Patrimônios e das Religiões
5. Epistemologia, Conceitos e Categorias de análises geográficas
6. Geografias decoloniais, radicais e periféricas
7. Geografia, gênero, sexualidades e relações étnico-raciais
8. Formação Territorial e construções das identidades nacionais e regionais
9. História ambiental, História Climática e representações geográficas
10. Relações internacionais, diplomáticas e Geopolítica

Geografia Agrária, Lutas e Movimentos Sociais do Campo / Povos e Comunidades Tradicionais e as Lutas Sociais

1. Agronegócio: territorialidades, financeirização da agricultura e da natureza e novas formas de controle do território
2. Geopolíticas dos alimentos, soberania e segurança alimentar
3. Grandes projetos de desenvolvimento, impactos e conflitos territoriais
4. Agricultura familiar, associativismo e cooperativismo
5. Agroecologia, economia solidária, agricultura urbana e mercados camponeses
6. Movimentos sociais, luta pela/na terra, resistências e reforma agrária
7. Conflitos pela terra, pela água e pela natureza

8. Povos e comunidades tradicionais: identidades, territorialidades e conflitos
9. Estado, Questão Agrária e Políticas Públicas
10. Relação capital x trabalho no campo
11. Questão indígena: territorialidades, autonomias, marco temporal e os retrocessos jurídicos
12. Educação do/no campo
13. Relações de gênero e classes sociais no campo

Geografia Política, Geopolítica e Território

1. Geopolíticas femininas
2. Estado, território e economia
3. Conflitos territoriais contemporâneos
4. Segurança e grandes corporações
5. Teorias da geografia política e geopolítica tradicionais e atuais
6. Geopolítica do clima e populações
7. Grupos de pressão e suas cartografias do poder
8. Escala das lutas e dos conflitos

Geografia, Território e Saúde

1. Território, Ambiente e Saúde
2. Epistemologia, Ensino e Abordagens Conceituais em Geografia da Saúde
3. Informação Geográfica e Geotecnologias Aplicadas à Saúde
4. Organização dos Serviços e Políticas de Saúde
5. Espaço, Interseccionalidades e Saúde
6. Saúde Indígena e Saberes Tradicionais

Patrimônio, Cultura e Memória

1. Geografia das manifestações culturais
2. Geografia, educação e patrimônio
3. Geografia, cultura e linguagens
4. Geografia, cultura e territorialidades
5. Geografia, cultura, cartografias e resistências

Sobre a autoria e apresentação:

Não há limite para coautores(as), desde que respeitada a condição de que cada inscrito(a) poderá ter o CPF vinculado a até duas (2) propostas de EDP. Cada autor(a) poderá apresentar somente um trabalho. Na programação do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos os EDPs serão realizados no período da manhã dos dias 08, 10 e 12 de julho de 2024. Para receber o certificado de apresentação o(a) autor(a) deverá participar, obrigatoriamente, em dois dias de EDP.

MINICURSOS E OFICINAS

Os minicursos e as oficinas são espaços onde são oferecidas atividades de caráter prático e teórico, que proporcionam novos conhecimentos e vivências, a partir do compartilhamento de experiências de indivíduos e grupos. É importante que os(as) proponentes façam uma leitura prévia do tema geral e dos eixos do encontro visando proporcionar uma organicidade entre as propostas de atividades, o CBG e a realidade local. Poderão apresentar propostas para serem desenvolvidas proponentes devidamente inscritas no VIII CBG. As inscrições estarão limitadas aos espaços disponíveis, logo, serão encaminhadas e avaliadas por ordem de inscrição. É importante que os(as) proponentes façam uma leitura dos [eixos temáticos do VIII CBG](#), visando proporcionar uma organicidade entre as propostas de atividades.

Cronograma:

14 de fevereiro à 30 de abril de 2024	Envio de propostas
1º maio à 30 de maio de 2024	Avaliação das propostas
1º de junho de 2024	Divulgação dos minicursos e oficinas no site do VIII CBG
5 de julho de 2024	Divulgação do caderno de programação contendo a distribuição dos ESCs de acordo com as datas de realização

Apresentação de propostas:

De acordo com a programação do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, as atividades serão realizadas na parte da tarde do dia 10 de julho (quarta-feira) e na parte da manhã do dia 11 de julho (quinta-feira), carga horária de até três horas (as propostas cuja carga horária indicada seja superior a três horas serão automaticamente arquivadas). As propostas deverão ser enviadas para o e-mail: esc.cbg2024@gmail.com, indicando o assunto "Proposta de Minicurso/Oficina_Título da Proposta" e apresentando obrigatoriamente os seguintes itens:

- Nome(s) da/o(s) proponente(s) com breve currículo e e-mail de contato;
- Título da atividade;
- Tipologia da atividade (minicurso ou oficina);
- Ementa (contendo objetivos e metodologia);
- Carga horária (até três horas - as propostas cuja carga horária indicada seja superior a três horas serão automaticamente arquivadas);
- Sugestão de local;

- Indicação do eixo temático do VIII CBG no qual a proposta está inserida;
- Quantidade de participantes indicados para a atividade (mínimo e máximo);
- Lista de materiais (os(as) proponentes serão responsáveis pela compra e transporte do material);
- Orçamento da lista de materiais (no caso dos minicursos e das oficinas que envolvam materiais os proponentes deverão enviar um orçamento do material e a AGB irá repassar o recurso para os proponentes no valor entre R\$ 25,00 e R\$ 100,00 e os(as) proponentes serão responsáveis pela compra e transporte do material).
- Material de apoio necessário (projektor e caixa de som).

A responsabilidade sobre o conteúdo e as práticas decorrentes da atividade será exclusivamente dos(as) proponentes. A responsabilidade sobre o conteúdo e as práticas decorrentes da atividade será exclusivamente dos(as) proponentes. Os custos referentes à inscrição no VIII CBG, ao deslocamento, à hospedagem e demais despesas são de responsabilidade dos(as) proponentes.

Normas para apresentação da proposta de minicursos e oficinas:

Fonte: Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 cm, margem superior, inferior, direita e esquerda 2,5 cm. A proposta deverá ser, obrigatoriamente, elaborada a partir do modelo de [template](#). As propostas devem ser encaminhadas para o endereço: esc.cbg2024@gmail.com.

Da participação nos minicursos e oficinas:

As oficinas e minicursos são abertos a todos(as) encontristas devidamente inscritos(as) no VIII CBG. A lista de oficinas e minicursos aprovados será divulgada no site oficial do VIII CBG. A distribuição das atividades de acordo com o dia de realização será divulgada no caderno de programação do congresso. Será necessária

a inscrição prévia por parte do(a) encontrista. Não haverá cobrança adicional para a inscrição em minicursos e oficinas. A forma de inscrição será divulgada em breve.

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Os Grupos de Trabalho (GTs) do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG) - AGB “90 anos: geo-grafando para construir o Brasil”, constituem momento em que os GTs atualmente ativos nas Seções Locais da AGB apresentam aos congressistas os debates e ações que vêm realizando, com a intenção de mobilizar a comunidade geográfica à participação nas intervenções da AGB no enfrentamento dos problemas da geografia brasileira. Os GTs da AGB constituem espaço essencial de trocas, investigação e construção de propostas de intervenção na sociedade. Os GTs para o VIII CBG serão propostos a partir dos Grupos de Trabalho atuantes nas Seções Locais buscando a troca e diálogo com a comunidade geográfica e entre os GTs das Seções Locais que atuam em diferentes escalas e a partir de distintas perspectivas teóricas e temáticas.

Cronograma:

14 de fevereiro à 30 de abril de 2024	Envio de propostas
1º maio à 30 de maio de 2024	Avaliação das propostas
1º de junho de 2024	Divulgação dos Grupos de Trabalho no site do VIII CBG
5 de julho de 2024	Divulgação do caderno de programação contendo a distribuição dos Grupos de Trabalho

Apresentação de propostas:

De acordo com a programação do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, as atividades dos GTs serão realizadas na parte da tarde do dia 10 de julho (quarta-feira), das 14h às 17h, e o Fórum de GTs na parte da manhã do dia 11 de julho (quinta-feira), das 9h às 12h, carga horária de até três horas. As propostas deverão ser enviadas para o e-mail: gt.cbg2024@gmail.com, indicando o assunto "Proposta de GT_Título da Proposta"; e apresentando obrigatoriamente os seguintes itens:

- Título do GT e Seção Local;
- Nome(s) da/o(s) Coordenadores(as) e dos(as) Participantes;
- Ementa (contendo objetivos e metodologia);

A responsabilidade sobre o conteúdo e as práticas decorrentes da atividade será exclusivamente dos(as) proponentes. Os custos referentes à inscrição no VIII CBG, ao deslocamento, à hospedagem e demais despesas são de responsabilidade dos(as) proponentes.

Normas para apresentação da proposta de Grupos de Trabalho:

Fonte: Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 cm, margem superior, inferior, direita e esquerda 2,5 cm. A proposta deverá ser, obrigatoriamente, elaborada a partir do modelo de [template](#). As propostas devem ser encaminhadas para o endereço: gt.cbg2024@gmail.com.

Da participação nos Grupos de Trabalho:

Os Grupos de Trabalho são abertos a todos(as) congressistas devidamente inscritos(as) no VIII CBG. A lista de Grupos de Trabalho aprovados será divulgada no site oficial do VIII CBG. A distribuição das atividades de acordo com o dia de realização será divulgada no caderno de programação do congresso. Será necessária

a inscrição prévia por parte do(a) congressista. A forma de inscrição será divulgada em breve.

ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DE COLETIVOS (ESCs)

Esta atividade abre espaço para que coletivos possam socializar suas discussões e práticas com os participantes do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Entende-se por “coletivos” grupos de pessoas que se articulam em torno de um tema/prática em comum, portanto, não necessariamente devem estar institucionalizados ou relacionados a algum órgão de fomento à pesquisa. Esse espaço estará aberto aos grupos constituídos por grupos de pesquisa e movimentos sociais, ambientais, culturais e políticos que queiram socializar seus achados, pautas de luta, sonhos ou reivindicações. A proposta é que grupos acadêmicos e não acadêmicos possam desenvolver suas discussões com todos os participantes do VIII CBG. Embora seja livre o envio de propostas por quaisquer coletivos, as inscrições estarão limitadas aos espaços disponíveis, logo, serão encaminhadas por ordem de inscrição. É importante que os(as) proponentes façam uma leitura dos [eixos temáticos do VIII CBG](#), visando proporcionar uma organicidade entre as propostas de atividades.

Cronograma:

14 de fevereiro à 30 de abril de 2024	Envio de propostas
1º maio à 30 de maio de 2024	Avaliação das propostas
1º de junho de 2024	Divulgação dos Espaços de Socialização de Coletivos no site do VIII CBG
5 de julho de 2024	Divulgação do caderno de programação contendo a distribuição dos ESCs de acordo com as datas de realização

Apresentação de propostas:

De acordo com a programação do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, as atividades serão realizadas na parte da tarde do dia 10 de julho (quarta-feira) e na parte da manhã do dia 11 de julho (quinta-feira), carga horária de até três horas. As propostas deverão ser enviadas para o e-mail: esc.cbg2024@gmail.com, indicando o assunto "*Proposta de ESC_Título da Proposta*" e apresentando obrigatoriamente os seguintes itens:

- Nome(s) da/o(s) proponente(s) com breve currículo e e-mail de contato;
- Título da atividade;
- Ementa (contendo objetivos e metodologia);
- Sugestão de local;
- Indicação do eixo temático do VIII CBG no qual a proposta está inserida;
- Quantidade de participantes indicados para a atividade (mínimo e máximo);
- Orçamento da lista de materiais (no caso dos minicursos e das oficinas que envolvam materiais os proponentes deverão enviar um orçamento do material e a AGB irá repassar o recurso para os proponentes no valor entre R\$ 25,00 e R\$ 100,00 e os(as) proponentes serão responsáveis pela compra e transporte do material).
- Material de apoio necessário (projektor e caixa de som).

A responsabilidade sobre o conteúdo e as práticas decorrentes da atividade será exclusivamente dos(as) proponentes. Os custos referentes à inscrição no VIII CBG, ao deslocamento, à hospedagem e demais despesas são de responsabilidade dos(as) proponentes.

Normas para apresentação da proposta do ESC:

Fonte: Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 cm, margem superior, inferior, direita e esquerda 2,5 cm. A proposta deverá ser, obrigatoriamente, elaborada a partir do modelo de [template](#). As propostas devem ser encaminhadas para o endereço: esc.cbg2024@gmail.com.

Da participação nos Espaço de Socialização de Coletivos:

Os ESCs são abertos ao público. A lista de ESCs aprovados será divulgada no site oficial do VIII CBG. A distribuição das atividades de acordo com o dia de realização será divulgada no caderno de programação do congresso. A forma de inscrição será divulgada em breve.

MESA DE ABERTURA

AGB 90 anos: Geo-grafando para construir o Brasil

A Associação dos Geógrafos Brasileiros foi fundada em 17 de setembro de 1934, constituindo-se assim numa das mais antigas associações científicas de todo o país, e que está às vésperas de completar noventa anos de existência, de forma ininterrupta. Desde sua fundação, a AGB sempre desempenhou um papel fundamental na produção e divulgação do conhecimento geográfico no Brasil. A história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), também é a história de realização de seus eventos – Assembleias, Congressos, Simpósios e Encontros, e o contrário também é verdade – a história dos eventos é também a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e ao final, por consequência, da própria Geografia brasileira. O Congresso Brasileiro de Geógrafos é realizado desde 1954, a cada dez anos, e nos últimos 70 anos, a AGB organizou sete edições: 1954, em Ribeirão Preto/SP; 1965, no Rio de Janeiro/RJ; 1974, em Belém/PA; 1984, em São

Paulo/SP; 1994, em Curitiba/PR; 2004, em Goiânia/GO; 2014, em Vitória/ES. O CBG, com seu caráter de avaliação e balanço, de ampla mobilização da comunidade científica e de presença diversa dos grandes temas e debates da ciência, constitui-se num dos mais importantes eventos da Geografia brasileira. O Congresso tem desempenhado um papel crucial na afirmação da identidade da ciência geográfica, bem como na conformação dela como certo campo científico e na formação de uma comunidade. O VIII CBG que será realizado em 2024, seguindo a tradição de sua periodicidade, terá como tema principal “AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil”, onde geógrafos e geógrafas comemorarão a longevidade da AGB, como também igual tempo de vida do primeiro curso superior de formação em Geografia no Brasil e os setenta anos do próprio CBG. O tema, inspirado por ensinamentos do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, que, ao mesmo tempo, é uma homenagem da AGB ao importante intelectual e militante, destaca a importância da Geografia na compreensão do permanente processo de construção do Brasil, em suas mais diversas geo-grafias. A proposta também é uma sinalização aos participantes da real necessidade de, no espírito do CBG, realizarmos necessário balanço da atual situação da Geografia brasileira, da nossa Associação, e do próprio país, e isso à luz da análise da conjuntura nacional, sempre na articulação das pautas de lutas da Geografia e da AGB. A construção do Brasil reflete os desafios persistentes e as desigualdades sociais profundamente enraizadas, mas também importantes avanços e significativas conquistas, e para compreender esse processo, é essencial examinar o papel fundamental dos diversos movimentos sociais, das associações científicas, dos sindicatos, e do conjunto das lutas sociais. Geo-grafar o Brasil, é fazê-lo no contexto de um mundo marcado por desigualdades e incertezas. O Brasil do ano de 2023, recebeu do passado uma agenda de desmontes, violência, destruição e negacionismos, erodindo o Estado brasileiro, atingido em suas políticas públicas essenciais, em um modelo de “terra arrasada”, de crise econômica, social, cultural, política e ambiental sem precedentes. A disparidade econômica, a distribuição

desigual de recursos e oportunidades, bem como a discriminação sistemática, foram desafiadas por trabalhadores e trabalhadoras por meio de suas organizações, protestos, manifestações, mobilizações e iniciativas sociais levadas a cabo nesse cenário de enfrentamentos aos setores dominantes e conservadores. A Geografia brasileira e a AGB fazem parte desse importante movimento de resistência, e se colocam historicamente, como atores fundamentais na transformação social no Brasil. Nesse processo, ao longo dos tempos, e em especial nas últimas décadas, a a AGB consolidou-se como um espaço plural, democrático e crítico, e onde diferentes vozes e perspectivas encontram acolhimento e podem contribuir para a construção de uma geografiaengajada com as lutas sociais e os desafios da construção de um Brasil mais justo.

MESAS REDONDAS

Mesa: Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe

Ementa: A Geografia associada ao conceito da interseccionalidade, promove uma aproximação com um conceito emergente e histórico entre as produções sistematizadas por intelectuais negras que lutam por equidade e participação efetiva nos movimentos negro e feminista, atualmente, tem abarcado de modo sistemático e indelével as categorias de gênero, raça e classe, entre outras, para produção da análise do espaço geográfico e de suas estruturas de poder; que são reflexos e condicionantes para a produção e reprodução do espaço. Como sabido, no interior da Geografia, a aproximação com os debates interseccionais tem fornecido um horizonte múltiplo de possibilidades. Visto que as discussões geográficas, por muito tempo, se empenham em relacionar sujeito e meio, portanto trabalhar com essas categorias propicia amplificar os discursos de corporalidades e potencialidades para culturas, pessoas, escalas, e localidades que até então não são totalmente contempladas no

modelo de geografia que haviam sendo feitos. Contribuindo com o processo em que os pesquisadores que se reconhecem para além de sujeitos vistos, desde a construção das primeiras universidades brasileiras, como objetos de pesquisa e que, na atualidade sobretudo das últimas duas décadas, exercem diferentes influências sobre o espaço, notadamente acadêmico. Assim, salientamos que o objetivo da mesa é potencializar espaços de debate que pensem a ciência geográfica a partir das perspectivas de gênero, raça e classe em plena intersecção, além das outras categorias que moldam a nossa relação com o espaço: como a orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, maternagem, entre outras. E como estas se reverberam e têm se comportado, interpelado e produzido possibilidades de geografizar a realidade. E, ao mesmo tempo, enriquecer a AGB por meio de suas teorias, métodos e metodologias enquanto campo de estudo.

Mesa: 40 anos do MST e as lutas no campo

Ementa: A Mesa Redonda terá como tema central o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas lutas pela terra no Brasil nas últimas décadas, em diálogo com as transformações na Questão Agrária brasileira. A Mesa abordará o processo de formação do MST no contexto da luta contra a ditadura empresarial-militar; as disputas pela inclusão da reforma agrária na Constituição de 1988; a violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, incluindo os massacres, como o de Eldorado dos Carajás; a relação do MST com os diferentes governos; o papel do MST no desenvolvimento da agroecologia em contraponto ao agronegócio; a relação do MST com outros movimentos e segmentos sociais do campo.

Mesa: Financeirização, produção do espaço urbano e o direito à cidade

Ementa: Habitamos o espaço-tempo de uma crise societária percebida em diferentes níveis e dimensões da reprodução da vida. O capital encontrou na produção do espaço uma forma-conteúdo de sobrevivência crítica, constituindo uma urbanização

ancorada na desigualdade socioespacial, na violência da propriedade privada e em uma cotidianidade programada em que as cidades são em si mercadorias e um grande negócio. A crise das cidades é um dos sintomas mórbidos da impossibilidade do urbano e da insegurança da existência, vivida de formas diferenciais em termos de gênero, raça e classe. Para a vida urbana, é uma noção polissêmica que ultrapassa os muros da universidade e é mobilizada por movimentos sociais, coletivos de cultura, associações de moradores, partidos políticos e sindicatos nas ruas, em greves, passeatas e palavras-de-ordem no Norte e no Sul Global. A noção de direito à cidade tem sido instrumentalizada como política espacial de acesso à moradia e infra-estrutura digna, porém é também denúncia à urgência da privação do urbano e aos processos de expansão do capitalismo imobiliário-financeiro de valorização, que produzem remoções, despejos e expropriações territoriais. Além disso, é utopia de transformação radical do espaço contemporâneo - devir de uma sociedade urbana verdadeiramente justa - diante da financeirização, da expansão do endividamento e da ampliação da segregação socioespacial.

Mesa: Dinâmicas da paisagem, eventos climáticos extremos, racismo ambiental e vulnerabilização de lugares e gentes

Ementa: O clima do planeta está mudando. Estudos e relatórios elaborados por milhares de pesquisadores em climatologia ressaltam os graves problemas que essas mudanças poderiam causar ao mundo e principalmente, a população, que seria assolada com maior frequência por eventos extremos como inundações, secas, furacões, tornados, movimentos de massa. As mudanças ambientais e climáticas globais, que têm se intensificado nas últimas décadas, podem produzir impactos sobre o planeta e as populações com diferentes vias e intensidades. A compreensão e o entendimento de como os eventos climáticos extremos de precipitação se distribuem ao longo de um determinado tempo numa área ou região, é de grande importância para análise da paisagem, uma vez que a precipitação influencia

diretamente na deflagração de uma série de fenômenos sobre seus elementos e o meio, a exemplo dos deslizamentos, enchentes, processos de erosão, aumento da umidade do ar, seca, etc., que atingem as atividades humanas e à sociedade de modo geral. As dinâmicas da paisagem estão intrinsecamente ligadas aos eventos climáticos extremos, criando um cenário onde o racismo ambiental e vulnerabilização se entrelaçam em um ciclo complexo de desigualdade e injustiça. Nos últimos anos, testemunhamos um aumento na frequência e na intensidade de eventos climáticos extremos, como furacões, secas e inundações, que têm impactos desproporcionais em comunidades historicamente marginalizadas. Quando ocorre um evento climático extremo, as pessoas que mais sofrem são aquelas marcadas pelo gênero, a raça e a classe, uma vez que tais eventos não repercutem exclusivamente em desastres naturais, mas em tragédias socialmente construídas por uma sociedade profundamente desigual. Em muitos casos, as comunidades de baixa renda e minorias étnicas são relegadas a áreas suscetíveis a desastres, como encostas instáveis ou zonas costeiras vulneráveis a tempestades, devido a políticas de planejamento urbano discriminatórias. Quando os eventos climáticos extremos ocorrem, essas comunidades enfrentam desafios adicionais de evacuação, acesso a serviços de emergência e reconstrução. Além disso, as disparidades econômicas e sociais significam que essas comunidades têm menos recursos para se recuperar de desastres, enfrentando maior risco de deslocamento, pobreza e marginalização contínua. Isso cria um ciclo de vulnerabilidade onde as comunidades já marginalizadas são empurradas ainda mais para as margens da sociedade. Essas disparidades são exacerbadas por sistemas socioeconômicos e políticos que perpetuam a injustiça ambiental. É crucial reconhecer e abordar o papel do racismo ambiental na vulnerabilização das comunidades em face de eventos climáticos extremos. Isso requer uma abordagem mais crítica que leve em consideração não apenas os aspectos físicos do ambiente, mas também os sistemas sociais e políticos que moldam as experiências das comunidades. A justiça ambiental exige a promoção

da equidade no acesso a recursos, a participação significativa das comunidades afetadas nas decisões que as impactam e a criação de políticas que abordem as raízes estruturais da desigualdade. Em última análise, enfrentar as dinâmicas da paisagem, os eventos climáticos extremos, o racismo ambiental e a vulnerabilização de lugares e gentes requer uma mudança sistêmica em como abordamos e valorizamos tanto o meio ambiente quanto as comunidades que nele habitam. Somente por meio de um compromisso coletivo com a justiça ambiental e social podemos criar um futuro mais resiliente e equitativo para todos.

Mesa: Geografia, Cultura e Política no enfrentamento das desigualdades socioespaciais brasileiras

Ementa: O processo alusivo à constituição das desigualdades socioespaciais brasileiras caracterizou-se por processos delimitados pela exploração e desigualdade característicos do modo capitalista, os quais foram aprofundados pelo atual contexto globalizante, constituídos por uma mais-valia ampliada pelo modo de produção flexível. A Geografia, uma ciência caracterizada pela criticidade quanto aos contextos do presente, possui, juntamente com a cultura e a compreensão crítica do fazer política, como relevantes instrumentos de compreensão e enfrentamento das desigualdades socioespaciais brasileiras. Desta forma, a presente ementa propõe discutir e refletir as desigualdades socioespaciais brasileiras pela diversidade cultural produzida pela própria contradição capitalista existente no espaço brasileiro ao longo da formação socioespacial do mesmo, além de associar a política, como análise destas constituições culturais e a respectiva influência dos mesmos para o atual âmbito socioespacial brasileiro, onde há uma contraditória ampliação de força das corporações internacionais, com a constituição da anulação das fronteiras, ao mesmo tempo, que, paradoxalmente, a cultura e as representações sociais regionais e nacionais se apresentam como resistência a estes complexos processos. Portanto, a proposta é articular a Geografia com as discussões alusivas à cultura e política,

aprofundando esse debate numa compreensão baseada na diversidade, na criticidade, possibilitando reflexões que promovam um efetivo enfrentamento das desigualdades socioespaciais brasileiras.

Mesa: Carlos Walter Porto-Gonçalves: um intelectual militante da Geografia

Ementa: A mesa redonda que compõem a “Jornada Carlos Walter”, intitulada: *Carlos Walter Porto-Gonçalves: um intelectual militante da Geografia*, vem fazer uma homenagem ao estimado professor. Nesse momento memorável dos 90 anos da AGB, o legado inestimável do intelectual militante Carlos Walter reverbera também no histórico da própria associação. O professor Carlos Walter participou ativamente do movimento de Renovação Crítica da Geografia Brasileira, e na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desempenhou um papel crucial na democratização da entidade. Fez parte da Diretoria Executiva Nacional provisória de 1979 a 1980, foi vice-presidente da AGB no biênio 1986-1988 e presidente da entidade no período de 1998-2000. As suas pesquisas e palestras deixaram ensinamentos que perdurarão na memória das diferentes gerações de geógrafas e geógrafos, e as lições teóricas e práticas vão além de seus prêmios acadêmicos, em sua trajetória fica registrada a parceria com importantes líderes de movimentos da resistência da América Latina e do Brasil, como por exemplo, o inesquecível líder seringueiro Chico Mendes. Assim, a mesa redonda é um espaço entusiasta que visa rememorar a luta e mobilizar a ciência geográfica na construção de um país democrático e solidário, em que as diversidades dos saberes, das lutas dos povos originários, das comunidades e dos coletivos sejam respeitadas e que possamos estar unidos. Essa abordagem tem por inspiração os ensinamentos do eterno militante-intelectual Carlos Walter Porto-Gonçalves, que por sua memória seguimos comprometidos com uma ciência engajada, humilde e aguçada para lutar contra a devastadora e desumana sociabilidade capitalista.

Mesa: Geografia e digitalização do espaço: plataformização, extrativismo de dados e transformações do trabalho

Ementa: Na última década e meia a digitalização vem avançando de forma avassaladora sobre as esferas da vida, podendo hoje falarmos na própria digitalização do espaço geográfico. Esse processo conduzido por Estados e, sobretudo, grandes corporações – as *Big Techs* – sob hegemonia do capital financeiro, desafia o pensamento geográfico a refletir e explicar tanto as novas formas de exploração econômica e dominação política e cultural, como as novas formas de organização do trabalho e da ação política voltadas à emancipação, à autonomia e à transformação socioespacial. Emerge com a digitalização do território o Capitalismo de Plataforma e o Estado Plataforma, convocando a Geografia a pensar e responder aos desafios do atual período histórico e suas variáveis-chave na organização e produção do espaço, a informação e o dado.

Mesa: Geopolítica e Amazônia: entre fronteiras e florestas

Ementa: A região amazônica é uma das áreas mais significativas do mundo em termos de biodiversidade, ecossistemas complexos diversos e articulados, riquezas naturais e, sobretudo, de diversidade de populações e de territórios com dinâmicas culturais distintas. As disputas, interesses e rivalidades de diversos grupos da sociedade contemporânea, por esse território, estabelecidas em diversas escalas, nos permitem falar em geopolíticas, que são caracterizadas por essa série de fatores interligados — disputas interestatais, intraestatais, entre movimentos sociais, movimentos políticos e por fim entre grupos clandestinos armados. A região também é um palco/arena de complexas dinâmicas geopolíticas que envolvem questões de soberania territorial, exploração de recursos naturais, conservação ambiental e direitos das comunidades tradicionais. A Amazônia também se insere no campo de disputas mundiais contemporâneas, onde assume a dimensão mais estratégica em um contexto de mudanças climáticas, no qual as ações de mitigação e adaptação são

a transição energética e o mercado de crédito de carbono. A exploração de recursos naturais é aspecto crucial das geopolíticas amazônicas. A região abriga vastas reservas de petróleo, gás natural, minerais, água doce e terra, o que atrai o interesse de empresas multinacionais e governos em busca de vantagens econômicas. Projetos de mineração de larga escala, projetos industriais intensivos para obtenção de energia, expansão do agronegócio, extrapolam as dimensões locais, e quase sempre resultando em danos ambientais, conflitos sociais e violações dos direitos das comunidades tradicionais que vivem na região, e quase sempre estão ligados ao desmatamento, a exploração de trabalhadores(as), o recrudescimento da violência contra povos originários e aumento da incidência de doenças e a contaminação de cursos d'água e solos. A conservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais constituem-se preocupações crescentes nas geopolíticas da Amazônia. Se de um lado as populações tradicionais que têm vivido na região por milhares de anos, desempenham um papel vital na proteção da vida e na preservação da biodiversidade; de outro ocorre a crescente pressão econômica e política em favor da grande agricultura, pecuária e mineração, e de vetores de aceleração desse processo, como as mudanças na legislação ambiental e o discurso da revisão da demarcação das terras indígenas e quilombolas, por exemplo. As geopolíticas da Amazônia são caracterizadas por uma interação complexa de interesses, e compreender essas dinâmicas é crucial.

Mesa: A Formação em Geografia ante a desprofissionalização e o desmonte epistemológico. O que fazer?

Ementa: A formação em Geografia precisa ser compreendida em suas múltiplas dimensões – da graduação à pós-graduação; a licenciatura e o bacharelado; ensino presencial e o avanço da EAD, entre outros elementos e características. A formação, em sua perspectiva mais ampla, encontra-se diante de grandes desafios em decorrência de um complexo processo que se desenvolveu a partir de políticas e

contra-reformas educacionais e sua relação intrínseca com as profissões, que iniciadas na década de 1990 no Brasil, foi se intensificando em transformações nos últimos anos. Assim, a graduação e a pós-graduação em Geografia precisam ser analisadas no contexto das reformas estruturais do estado brasileiro, das reformas educacionais e das recentes políticas para o campo. A desregulamentação das profissões, que alterou as estruturas que tradicionalmente garantiam a qualidade e a validade das práticas profissionais, incluindo aquelas relacionadas à Geografia, foi seguida por um processo de desprofissionalização. A desvalorização das formações específicas e seus profissionais, resultante da falta de investimentos e reconhecimento científico de cada campo do conhecimento, resultou na perda de prestígio e reconhecimento das profissões, e por consequência, a fragilização da atuação profissional e seu campo de trabalho, ameaçados pela racionalização burocrática cada vez mais presente na sociedade capitalista – assalariamento, padronização, especialização, rotinização dos procedimentos, que se assenta naquilo a que podemos chamar mecanismos de desqualificação dos profissionais, de perda ou transferência de conhecimentos e saberes. Podemos acrescentar, no específico da ciência geográfica, estágio crítico caracterizado pela “descientificação”, refletindo em desmonte dos fundamentos científicos e epistemológicos da Geografia presentes nessas políticas, como DCN, Reforma do Ensino Médio, BNCC. Temos, assim, acompanhado nas últimas décadas, em paralelo ao conjunto de contrarreformas e seus impactos na formação e na profissão, a expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil (com seus dilemas de financiamento e métricas produtivistas), ao mesmo tempo que enfrentamos a diminuição da procura pelos vestibulares para ingresso nos cursos de graduação em Geografia, e em especial da modalidade presencial. Qual a política de pós-graduação que queremos construir? Qual o impacto na graduação dos elementos que compõem esse cenário atual de retração? Como as associações científicas podem atuar no enfrentamento dessas contrarreformas e na proposição de caminhos de mobilização e luta? Diante desse panorama desafiador,

torna-se imperativo adotar medidas proativas para reverter essa trajetória. A mobilização da sociedade civil e dos(as) profissionais e estudantes de Geografia é crucial para impulsionar políticas públicas que promovam a valorização da nossa ciência.

Mesa: Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: territórios-territorialidades, conflitos, lutas e desafios

Ementa: A centralidade do território nos conflitos territoriais e socioambientais envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como as históricas violações de seus direitos, atualizadas e intensificadas pelos agentes do agronegócio, do neoextrativismo moderno-colonial, dos grandes projetos em seus territórios, aprofundando a perspectiva destruidora da mercantilização da natureza, da geopolítica do conhecimento, do racismo e da injustiça ambiental, colocam para todas(os) nós a gritante evidência da inserção destes povos e comunidades, e suas questões, no debate e ações referentes à questão agrária e, mais amplamente, nas reflexões sobre a grave e profunda crise ambiental e civilizatória a que estamos todas(os) mergulhadas(os). Diante de tamanha gravidade, cabe à geografia o gesto urgente da escuta profunda do que estes povos têm a nos dizer, enquanto vozes referenciadas nas suas (e nossas) ancestralidades constituídas tradicional e milenarmente e referenciadas nas suas cosmologias, seus mundos de viver, seus sofrimentos e lutas, num gesto de reconhecimento da necessária construção coletiva de perspectivas radicalmente emancipatórias.

Mesa: Dinâmicas Socioespaciais no território brasileiro: um balanço do Censo 2022

Ementa: O Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem revelado dados importantes sobre os perfis e dinâmicas socioespaciais no país. Assim como a recente proposta do IBGE para a Regionalização do Brasil a partir do

urbano, do rural e do natural. A mesa propõe refletir e fazer um balanço do Censo 2022 sobre as taxas atuais de migrações, crescimento e decréscimo das cidades e áreas rurais do país, os territórios de povos e comunidades tradicionais, o perfil demográfico nos campos e nas cidades, e os novos indicadores econômicos e sociais da população, para compreender o território brasileiro hoje e seus possíveis horizontes e cenários futuros.

Mesa: Geografia e Saúde no Brasil: desigualdades socioterritoriais frente a Pandemia da COVID-19

Ementa: Ao longo do tempo, a Geografia da Saúde se consolidou como uma área interdisciplinar que contribui significativamente para a compreensão das desigualdades socioterritoriais e dos desafios enfrentados no combate a doenças. Nesse sentido, a mesa redonda visa estabelecer uma conexão entre a trajetória da geografia da saúde e sua relevância no enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Brasil. A partir de uma abordagem interdisciplinar que integra os conhecimentos da Geografia e da Saúde, pretendemos debater as diferentes realidades territoriais do país, destacando as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, as condições socioeconômicas e ambientais que influenciam a propagação da doença, as estratégias de enfrentamento adotadas em diferentes regiões e as correlações que temos entre essas temáticas e o conceito de necropolítica, que tornaram-se mais evidentes durante esse período. Tais discussões foram fomentadas pela própria AGB durante a pandemia, com a criação do “Observatório Geográfico sobre os impactos da Covid-19”, lugar que concentrou pesquisas e esforços para analisar a doença e seus impactos socioterritoriais. Dessa forma, a mesa redonda proporcionará uma reflexão crítica sobre as desigualdades socioterritoriais e os desafios no enfrentamento da pandemia no contexto brasileiro, integrando as contribuições da Geografia da Saúde, necropolítica e suas implicações para a distribuição desigual dos impactos da COVID-19.

Mesa: Formação em Geografia: 90 anos do curso de graduação da Universidade de São Paulo

Ementa: O curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) completa seu aniversário de 90 anos. A criação do curso é um marco indelével na história da Geografia Brasileira, cuja fundação ocorre não apenas em consonância com a origem da universidade moderna, mas também é umbilicalmente ligada à história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), também fundada no ano de 1934. Originalmente criado como curso de Geografia e História aos poucos, sobretudo nos anos de 1950, uma separação gradual ocorre entre as duas áreas, o que possibilitou a consolidação de sua identidade e autonomia. Ao longo dessas nove décadas o Departamento de Geografia, a partir de nomes como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, e posteriormente, Aroldo de Azevedo, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Nice Lecoq Muller, Pasquale Petrone, Aziz Ab'Saber, Manoel Seabra, Milton Santos, entre tantos outros docentes, desempenhou um papel decisivo na consolidação da Geografia Brasileira. Esta presença é afirmada pela notável formação de quadros proporcionada pela Geografia da FFLCH/USP, seja nos profissionais dedicados ao exercício do magistério, seja na atividade da pesquisa acadêmica, na graduação e na pós-graduação. Como resultado desse importante e qualificado processo de formação, é possível encontrar hoje em diversos lugares do Brasil a presença de profissionais que passaram pelo curso de Geografia da USP. Por compartilhar essa trajetória na formação, na difusão e no fortalecimento da Geografia Brasileira, as celebrações que marcam este nonagésimo aniversário do curso de Geografia da FFLCH/USP e da AGB, trazem no seu conjunto de atividades que compõe este VIII Congresso Brasileiro a organização desta mesa pelo seu especial caráter de celebração e de homenagem a esta instituição.

Mesa: As Cotas Raciais Mudaram a Composição da Geografia Brasileira?

Ementa: A Geografia se institucionaliza no Brasil, em 1934, em meio à criação da Universidade de São Paulo (USP) e a criação da própria Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). É impossível dissociar o que acontecia na recém-criada universidade com o que acontecia na sociedade: fazia menos de 40 anos que havia sido promulgada a “abolição” da escravidão e se propagava pela elite brasileira a ideia de embranquecimento da população, como meio de criar um país mais “civilizado”. Nessa época, as chances de um negro ser alfabetizado era baixíssima, quem dirá então de frequentar um universidade pública. Foi nesse contexto que se concebeu a Geografia brasileira no âmbito universitário, branco e com forte influência francesa. De lá pra cá, muita coisa mudou na Geografia e na AGB, mudou-se a estrutura, correntes de pensamento, entre outros; porém a estrutura racial da universidade permaneceu majoritariamente branca. Foi somente após a promulgação da Lei 12.711/12, que vimos um grande avanço nos corpos que frequentam a academia. De lá para cá, tivemos um aumento de 205% no número de ingressantes pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas. A presença crescente desses corpos dissidentes no ambiente acadêmico intensificaram os tensionamentos na universidade, colocando em xeque alguns paradigmas acadêmicos que não levavam em conta a diversidade racial e geográfica em suas produções. Cabe pensarmos quais foram as contribuições da AGB nesse processo. Como contribuimos com a luta pela implementação de cotas raciais nas universidades? Como contribuimos com pautas defendidas pelo movimento negro? Qual o envolvimento dos estudantes cotistas e racializados com a AGB?

Mesa: A Geografia da Questão Agrária: formas de expropriação, territorialidades e controle do território

Ementa: O espaço agrário é produzido a partir do movimento de processos multiescalares em interação. O resultado é a questão agrária materializada de

diferentes formas no espaço e no tempo. A Questão Agrária contemporânea tem se caracterizado pela contínua expansão da fronteira agrícola e de exploração de bens comuns; pela recriação de formas de expropriação; pelas múltiplas territorialidades do agronegócio e da luta pela terra; pelas narrativas de legitimação de um modelo desenvolvimento pautado na exploração da natureza e do trabalho e pelas novas formas de controle do território. Temas como financeirização, *land grabbing*, estrangeirização da terra, corrida mundial por terras, regimes alimentares, apropriação da natureza, regularização fundiária, emergem no centro do debate da Geografia e possibilita leituras acerca da realidade do espaço agrário brasileiro. O objetivo desta mesa é debater a multiplicidade de formas na qual o capital tem acessado e controlado territórios no Brasil, possibilitando o agravamento das desigualdades históricas, a reprodução da grilagem de terras e desrespeito a direitos territoriais previamente conquistados através de muita luta.

Mesa: Entre políticas e retrocessos: impacto das reformas educacionais nos processos de formação do(a) professor(a) de Geografia

Ementa: A mesa propõe um debate sobre as transformações nas políticas educacionais e seus efeitos no ensino da Geografia. Deverão ser abordados o contexto político e as mudanças legislativas que influenciaram o cenário educacional recente, destacando as reformas implementadas e seu impacto nas diretrizes curriculares. Será discutido como essas mudanças influenciam a formação do(a) professor(a) de Geografia, considerando os desafios emergentes nesse contexto. É urgente refletir e agir sobre os processos de formação docente em Geografia diante das reformas educacionais, explorando questões como a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), que busca a padronização dos currículos de acordo com objetivos empresariais, as metodologias de ensino e a desvalorização do trabalho docente. Subscrito pela AGB, o Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação afirma: “Manifestamos aqui nosso posicionamento contrário à

legislação, calcada no ideário neoliberal e mercantilista, imposta de forma autoritária após o golpe de 2016, que descaracterizou a política educacional, reduzindo a escola à mera função executora e instrucional. A Base Nacional Comum-Formação Inicial (Res. 2/2019) e a Base Nacional Comum-Formação Continuada (Res. 1/2020), subordinadas à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, se referenciam na ultrapassada Pedagogia das Competências, na produção das Fundações, Institutos e empresas educacionais privadas, obedecendo às diretrizes dos organismos multilaterais. O Conselho Nacional de Educação - CNE, no lastro de uma reforma empresarial e privatista, que atende, exclusivamente, aos interesses do mercado, promove a descaracterização dos cursos de formação de professores/as”. Serão apresentadas análises críticas sobre os retrocessos percebidos. A mesa busca criar espaço de diálogo entre educadores, pesquisadores e movimentos sociais, visando a compreensão mais abrangente dos impactos das políticas educacionais nas práticas formativas dos professores de Geografia.

Mesa: Do mapa ao app: Cartografia, Revolução Digital e seus Impactos na Produção do Espaço Brasileiro

Ementa: Atualmente, quando falamos de mapas, dificilmente é sobre um papel com uma representação reduzida do mundo e quase sempre é um app que consta na grande maioria dos celulares. Essa revolução digital, relativamente nova, nos faz questionar sobre os impactos da digitalização cartográfica na percepção do território. Quais são os limites dessa representação digital? A tecnologia reforça as disparidades territoriais? Além disso, é impossível falar de mapas em aplicativos sem citar a concentração de informações geográficas e pessoais na mão de poucas empresas. Esse controle de dados que são muitas vezes usados em pesquisas acadêmicas ou para se localizar no dia-a-dia, nos faz questionar se essas empresas poderiam moldar nossa percepção de território. A AGB, com seus quase 90 anos, acompanhou todo esse processo de transição tecnológica que saiu do mapa até

chegar no app, estando também no seio das discussões sobre produção do espaço brasileiro. Com isso, essa mesa convida a refletir sobre como essa revolução tecnológica e seus agentes estão impactando na Produção do Espaço Geográfico Brasileiro e qual o papel da AGB nesse cenário.

Mesa: A institucionalização da questão ambiental no século XXI: o papel da Geografia na crítica à transição energética

Ementa: Em um contexto global caracterizado pela aceleração das mudanças climáticas, a institucionalização da questão ambiental, iniciada em décadas anteriores, assume centralidade, sobretudo através de tratados internacionais, como o Acordo de Paris, assinado em 2015 por 195 países (partes). Dentre as múltiplas possibilidades para a mitigação das mudanças climáticas e das lutas por consecução e efetivação das metas estabelecidas em acordos internacionais, a transição energética tem sido posta como um imperativo. O consenso da descarbonização faz algum sentido quando a questão da emissão de Gases do Efeito Estufa é considerada em escala global. A realidade brasileira é distinta, considerando que a mudança do uso do solo (desmatamento) e a agropecuária são as principais fontes emissoras de tais gases. Todavia, mesmo com essa particularidade, a política de transição energética pautada na geração de energia centralizada, tem sido levada a cabo no Brasil, promovida por normativas e narrativas instituídas no âmbito do Estado, do setor privado e da sociedade civil. Contudo, a transição energética apresenta suas contradições, sendo as duas principais: i) a não substituição de fontes poluentes, mas sim a adição na geração de energia e; ii) os impactos territoriais e violações de direitos de povos e comunidades tradicionais espacializados em todo o Brasil resultantes do processo de territorialização de projetos de energia dita “limpa”. Esta conjuntura abre para a seguinte discussão: transição energética e geração de energia limpa ou instituição de um novo mercado para a exploração dos chamados fundos territoriais para garantir a acumulação do capital? A discussão

proposta nesta mesa tem como objetivo fomentar o debate sobre o papel da ciência geográfica na análise crítica desse processo, evidenciando os paradoxos, os impactos nas suas múltiplas dimensões, os conflitos e as alternativas frente a este modelo de transição imposto. A transição energética deve ser realizada, mas a partir de um modelo descentralizado de geração de energia, com justiça social, com participação ativa das populações atingidas e sem acentuar desigualdades históricas.

Mesa: A geografia histórica do capitalismo e o “progresso da barbárie”

Ementa: A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) abriga em sua trajetória importantes discussões que delinearão os contornos das diferentes teorias geográficas na história da Geografia brasileira. Por isso, nos últimos 90 anos, a associação se consolidou como vanguarda das reflexões críticas tanto no campo da História do Pensamento Geográfico, como no campo da História da Ciência, da Epistemologia e Teorias e Métodos. O solo fértil em que floresceu os debates na associação, impulsionaram o fazer crítico da análise espacial e assinalaram durante essas décadas, o imprescindível compromisso político em combater e resistir ao moedor de carne do “progresso” e da “civilização” postos em movimento no processo histórico real de valorização do valor do espaço mercadoria. Nesse sentido, no intuito de fortalecer essa tradição e impulsionar a práxis revolucionária propõem-se uma leitura geográfica a contrapelo das categorias fundantes do ser social para ampliar e aprofundar o debate no cerne do esbulho territorial, da acumulação de capital, do fetichismo da mercadoria, da exploração do trabalho e do acirramento da luta de classes. Tais categorias abrem caminhos para uma interpretação da espacialidade concreta do ser social que se posiciona na contramão da marcha destrutiva da reprodução metabólica do capital e da efetivação da barbárie.

MESA DE ENCERRAMENTO

Geo-grafias para construir outro mundo

Ementa: Buscamos encerrar nosso VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, que comemora 70 anos desde sua primeira edição, inspirados na história e legado de muitas gerações de agebeanos e agebeanas, e em diálogos com outros importantes movimentos. Num tempo em que o MST marca seus 40 anos de luta e mobilização, em que o movimento Zapatista faz 30 anos, o nosso CBG pretende passar em revista os últimos 10 anos transcorridos desde sua última edição, fazendo alusão aos 90 anos de existência da AGB. Tal revista, como uma mirada pelo retrovisor de um carro em movimento, exige destreza para observarmos o que foi o passado, mas preocupados com o que é o presente e o que será o futuro. Ao pretendermos discutir a construção do país e do mundo que desejamos, propomos um movimento de análise sobre as bases fundamentais da formação social e espacial do Brasil. Dessa forma, se faz necessário criticar tal formação, tendo em vista os processos de modernização capitalista que constituiu a sociedade brasileira enquanto tal, mas nos perguntando sobre "outros calendários e outras geografias" com as quais necessariamente precisamos dialogar, para pensar outro mundo ou outros mundos possíveis. Assim, a mesa de encerramento também faz reverência à obra e aos ensinamentos do professor Aziz Ab'Saber, como fundamento elementar que pode nos auxiliar em nossos esforços para pensar o Brasil, em sua totalidade. No ano de seu centenário de nascimento, na universidade onde sustentou sua presença acadêmica, será lembrado como importante mestre de muitas gerações de geógrafos e geógrafas. Desse modo, o último dia de realização do VIII CBG se faz de modo que nos mobilize em ideias para adiar o fim do mundo, dizendo sobre a Geografia que desejamos para construir o país e o mundo que queremos.

PROGRAMAÇÃO

Período	Dia 07/07 (domingo)	Dia 08/07 (segunda-feira)	Dia 09/07 (terça-feira)	Dia 10/07 (quarta-feira)	Dia 11/07 (quinta-feira)	Dia 12/07 (sexta-feira)
MANHÃ 09 às 12h		EDP	Trabalho de Campo	EDP	ESC/Fórum de GT	EDP
TARDE 14h às 17h	Credenciamento	Plenária Política	Trabalho de Campo	ESC/GT	Fóruns atividades específicas da AGB (14 à 15h30) / assembleia das locais (15h30 à 17h)	Conferência de Encerramento / Plenária Final
NOITE 18 às 21h	Mesa de abertura	Mesas Redondas	Geo na Rua	Mesas Redondas	Mesas Redondas	Plenária final

INSCRIÇÕES

Categoria	1º lote (01/02 até 10/05)	2º lote (11/05 até 14/06)	3º lote (15/06 até o início do CBG)*
Estudantes de graduação	R\$ 70,00	R\$ 85,00	R\$ 100,00
Estudantes de Pós-graduação e professores do ensino básico	R\$ 90,00	R\$ 105,00	R\$ 120,00
Demais associados	R\$ 120,00	R\$ 135,00	R\$ 150,00
Professores universitários	R\$ 150,00	R\$ 180,00	R\$ 200,00
Não associados	R\$ 300,00	R\$ 330,00	R\$ 360,00

* Até 30 de junho de 2024 o pagamento poderá ser efetuado a partir de todas as formas (pix, boleto, cartão). A partir de 1º de julho só serão aceitos pagamentos via pix.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Prazo
Processo de escolha da identidade visual	17 de novembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024
Lançamento do site	1º de fevereiro de 2024
Início das inscrições no VIII CBG	1º de fevereiro de 2024
Envio de resumo para Espaços de Diálogos e Práticas (EDP)	9 de fevereiro até 22 de abril de 2024
Envio do trabalho completo para publicação nos Anais do VIII CBG	15 de agosto a 15 de setembro de 2024

Proposta de Espaços de Socialização Coletiva (ESC)	14 de fevereiro até 30 de abril de 2024
Propostas de Minicursos e Oficinas	14 de fevereiro até 30 de abril de 2024
Proposta de Trabalhos de Campo	14 de fevereiro até 15 de abril de 2024
Proposta de Grupo de Trabalhos (GT)	14 de fevereiro até 15 de maio de 2024

COMISSÃO ORGANIZADORA

Infraestrutura e alojamento: Seção Local São Paulo

Espaço de Diálogos e Práticas (EDPs): Seções Locais Viçosa, Três Lagoas, Caicó, Porto Alegre, Alfenas

Mesas redondas: Seções Locais ABC, Fortaleza, Aracaju e Niterói

Grupos de trabalho (GT), fóruns e Espaço de Socialização de Coletivos (ESCs):

Seções Locais João Pessoa, Rio de Janeiro e Caicó

Monitoria: Seções Locais Belo Horizonte e Fortaleza

Trabalho de campo e Geo na rua: Seção Local São Paulo

Ouvidoria e comunicação: Seções Locais João Pessoa e Campinas

Cultural: Seção Local São Paulo

Secretaria e tesouraria: Diretoria Executiva Nacional

PARA MAIORES INFORMAÇÕES

Todas as informações e novidades sobre o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) estão disponíveis no site oficial do congresso: <http://www.cbq2024.agb.org.br>

Site: <http://www.cbq2024.agb.org.br>

VIII CBG

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS

07 a 12 de julho de 2024, São Paulo-SP



Instagram: @cbg2024

ASSOCIE-SE A AGB

Para acompanhar as novidades do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e os debates da AGB, procure a Seção Local ativa mais próxima e associe-se! Maiores informações em: <https://agb.org.br/>

São Paulo/SP, 25 de março de 2024.

Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)